

EAD NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: Desafios na Gestão de polos presenciais

Márcia de Freitas Vieira¹

¹Universidade Aberta de Portugal / Departamento de Educação e Ensino a Distância,
marcia.ipatinga@gmail.com

Resumo – *Este artigo visa analisar o atual cenário brasileiro da educação a distância (EAD) no contexto da Educação Superior e apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa em andamento sobre o processo de gestão de cursos à distância no contexto dos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os métodos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa. Evidenciou-se neste estudo, o importante papel do polo presencial como referência para o aluno de cursos na modalidade a distância e os muitos desafios enfrentados pelas IES, tanto públicas quanto privadas, para a gestão de um curso na modalidade EaD, de forma a garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem e a redução nos índices de evasão. Ratifica-se, que a gestão de sistemas de EaD ainda precisa de fundamentação das práticas pedagógicas que permeiam a Educação a Distância e compreensão de suas especificidades no âmbito da gestão.*

Palavras-chave: Educação a distância; Gestão; UAB; Polo Presencial.

Abstract – *This article aims to analyze the current Brazilian scenario of Distance Education in the context of higher education and to present the initial results of an ongoing research about the process of distance courses management in the context of classroom support poles of the Open University of Brazil. The methods used were the bibliographical research and the case study with a qualitative and quantitative approach. Evidenced in this study, the role of the pole as a reference for the student in the distance mode courses and the many challenges faced by Institutions of Higher Education, both public and private, as for the management of a course in Distance Education in order to ensure the quality of teaching-learning process and the reduction in dropout rates. Ratifies that the management of Distance Education systems still need to provide grounding for pedagogical practices that permeate the Distance Education and understanding of their specificities in the framework of the management.*

Keywords: Management of Distance Education; Open University of Brazil; Polo Face.

1. Introdução

A modalidade Educação a Distância tem crescido exponencialmente no Brasil, passando de 114 mil alunos em 2005 para mais de 4 milhões em 2013 (ABED, 2015), acompanhando os avanços tecnológicos e demandas da sociedade

contemporânea. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2013, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (Brasil, 2015), a EaD responde por 15,8% das matrículas de graduação no ensino superior do país em 2013. Destas, 86,6% nas instituições privadas e 13,4% nas instituições públicas. Entretanto, apesar do crescimento vertiginoso da EaD no Brasil, ainda existem muitas lacunas nas pesquisas acadêmicas brasileiras com foco na análise da gestão de sistemas EaD. As poucas pesquisas encontradas concentram-se nas experiências na esfera federal, em especial, as geridas pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A percepção deste contexto motivou a uma pesquisa vinculada ao Programa de Doutorado em Educação na Universidade Aberta de Portugal, com o objetivo de se fazer uma análise crítica da situação atual da EaD no Brasil, a partir da investigação do processo de gestão de cursos de Educação Superior a distância no contexto dos polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

A partir da caracterização dos modelos de EaD do Sistema UAB e das IES privadas, a investigação em questão busca compreender os principais desafios que os gestores de EaD no Brasil têm enfrentado para realizar uma educação superior de qualidade, no intuito de propor alternativas/estratégias para a superação das dificuldades e conseqüente melhoria na qualidade da aprendizagem e no controle da evasão dos programas de educação a distância (EaD) mediados pela tecnologia.

Neste sentido, este ensaio apresenta os resultados parciais da pesquisa em andamento. Inicialmente, contextualiza a EaD no Brasil a partir da sua regulamentação, apontando características e desafios. Em seguida, delinea os aspectos metodológicos da pesquisa. Na apresentação e discussão dos resultados, traça um panorama geral da educação Superior e da EaD no Brasil, além dos resultados parciais da pesquisa de campo realizada em alguns polos da UAB. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. Contextualização da EaD no Brasil: Aspectos legais e características

No Brasil, a Educação a Distância é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 Art. 80, que legitimou-a como parte do sistema, introduzindo-a oficialmente no sistema nacional brasileiro como mais uma modalidade de ensino e aprendizagem para a Educação Superior (MORAN, 2009). Somente após sua regulamentação pelo Decreto nº. 5.622 de 2005, que a define como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades em lugares ou tempos diversos” (BRASIL, 2005, art. 1º, caput), é que a EaD propagou-se no Brasil, num processo de crescimento vertiginoso.

O governo federal tem incentivado a educação à distância como estratégia



para alcançar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), como a expansão do ensino superior em áreas consideradas mais importantes para o país e para diminuir as desigualdades de acesso a esse nível de ensino. Inicialmente, a Resolução FNDE nº 34 lançou o Programa de Formação Inicial para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio ou PROLIC, para atender aos dispositivos legais de formação de professores e posteriormente, na educação profissional, tecnológica, na educação de jovens e adultos.

Ainda em 2005, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB), tendo em vista a democratização e expansão da educação superior. Como “a ampliação de vagas nas universidades federais enfrentava sérias limitações, o MEC viu na UAB a possibilidade de democratizar, expandir e interiorizar o ensino superior público e gratuito no País” (VIDAL & MAIA, 2010, p.17), com a oferta de cursos na modalidade à distância.

A institucionalização da UAB ocorreu por meio do Decreto n. 5.800/2006 (Brasil, 2006), que incentivou as Instituições públicas de Ensino Superior a proporem programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica, na modalidade à distância. Essa ação do MEC visava, principalmente, ser um caminho para a carência de professores na educação básica e para a formação de professores atuantes, sem formação. No entanto, apesar da iniciativa governamental e das experiências implementadas pelas Universidades públicas, as instituições privadas foram pioneiras na oferta dessa modalidade de ensino nos primeiros dez anos (VIDAL & MAIA, 2010).

Na regulamentação da Educação a Distância no Brasil, a instalação do polo presencial é exigida por lei para a obtenção da certificação oficial de proposta de graduação em modelos de Educação a Distância. A partir do Decreto 5.622 de 2005, os polos presenciais são considerados condicionantes obrigatórias para a oferta e execução da Educação Superior a Distância no Brasil (BRASIL, 2005). Essa exigência é reforçada pela Portaria Normativa nº2 de 01/2007, que determina que os cursos em que as atividades presenciais forem executadas fora da sede, em polos de apoio presencial, devem requerer o credenciamento prévio do polo, com demonstração de suficiência de estrutura física e tecnológica e de recursos humanos para a oferta de curso (BRASIL, 2007a).

2.1 A importância do polo de apoio presencial

A obrigatoriedade da criação e credenciamento dos polos de apoio presencial se dá, principalmente, em função da grande extensão territorial do Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes, e a concentração das universidades nos grandes centros. A instalação de polos presenciais visa suprir defasagens que a educação presencial não dá conta, como o atendimento a estudantes que moram em áreas remotas, e as dificuldades de conexão a internet nestas áreas.

Assim, o polo de apoio presencial desempenha papel de grande importância para o sistema de educação a distância no atual modelo brasileiro, pois é o ponto de

apoio fundamental para os estudantes radicados em locais distantes da unidade de ensino que oferta o curso (BRASIL, 2007b), sendo o elo entre instituição e aluno. A implantação dos polos viabiliza a expansão, interiorização e regionalização da oferta de educação no País pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

O documento “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância - 08/2007” (BRASIL, 2007b) estabelece que nos polos serão realizadas atividades presenciais previstas em lei: avaliações dos estudantes; estágios supervisionados; aulas práticas em laboratórios específicos; defesas de trabalhos de conclusão de curso; tutorias presenciais; e videoconferências.

Conforme Alonso (2010), os polos de apoio presenciais no âmbito das IES privadas são oriundos de terceirização, por meio de contratos. Por outro lado, para a UAB, os responsáveis pelos mesmos são os mantenedores (Estados e Municípios). Ambos têm que dispor de infra-estrutura física, tecnológica e pedagógica para o desenvolvimento dos cursos.

Contudo, para que o polo seja efetivamente, um “espaço físico de apoio presencial aos alunos da sua região, mantendo as instalações físicas necessárias para atender os alunos em questões tecnológicas, de laboratório, de biblioteca, entre outras” (UAB, 2014), os gestores das instituições vinculadas a UAB, precisam coordenar eficazmente os recursos financeiros e humanos, e ações primordiais ao bom andamento dos cursos.

De acordo com Ribas *et al* (2011, p. 2) “apesar das exigências do Governo Federal para o credenciamento desses polos, diversos aspectos muitas vezes não são contemplados, o que compromete o bom funcionamento da oferta de EaD e dificulta a sua gestão”. Segundo os autores, “faltam encaminhamentos adequados para gerenciamento e operacionalização desses ambientes”.

Conforme disposto em Capes (2009), “a boa gestão dos polos de apoio presencial é vital para o sucesso do modelo de educação a distância (EaD) desenvolvido pela Universidade Aberta do Brasil (UAB)”. Portanto, a identificação e resolução dos problemas existentes nos polos são essenciais para que sua eficácia seja garantida, contribuindo para uma educação de qualidade.

Vários dos problemas que permeiam a EaD estão concentrados na dimensão da gestão do polo presencial e afetam gestores, professores, tutores e alunos. Conforme Mill e Carmo (2012), desde a implementação da UAB, a gestão da EaD tem sido exercida de forma precária.

Desde 2006, com a instalação da UAB, as instituições públicas de ensino superior experimentam a modalidade de educação a distância e, geralmente, isto tem sido feito de forma precária, especialmente pelo frequente despreparo dos profissionais que vão atuar na função de gestores da EaD. Assim, a gestão da EaD no Brasil tem sido feita com bases nos princípios da gestão empresarial ou da gestão educacional em geral, mas (quase) nunca do ponto de vista específico da gestão de sistemas de EaD. A gestão educacional no âmbito da EaD guarda para si diversas especificidades que exigem e promovem um tipo de gestão muito diferente da gestão

de outras atividades (Mill & Carmo, 2012, p.2).

3. Metodologia

A investigação de que trata este artigo está sendo estruturada a partir de uma base teórica e exploratória. Os métodos de pesquisa escolhidos foram o estudo bibliográfico, a análise documental das políticas de EaD e o estudo de caso múltiplo, com característica exploratória, numa abordagem qualitativa e quantitativa, que conforme Yin (2001) permite ao pesquisador mais de uma forma de coleta dos dados que o leve a obter resultados que possam traduzir-se de forma significativa o objeto estudado.

A primeira fase da investigação consistiu no aprofundamento teórico da temática em estudo, por meio da pesquisa bibliográfica e análise de documentos oficiais como leis e decretos educacionais que regem sua execução, visando compreender a trajetória histórica da EaD brasileira. Utilizou-se, como fonte de informação, o Banco de Teses disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que se constitui em um catálogo referencial nacional de teses e dissertações provenientes dos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) do país.

Para a recuperação dos documentos no banco de dados, foi utilizado a expressão “educação a distância” no campo “palavras-chave”, nível “doutorado”, defendidas a partir de 2010 até hoje. A pesquisa retornou um total de 45 teses. Para se ter uma idéia geral de quantas dessas teses tratam sobre gestão, foi acrescentado o termo “gestão” no campo “palavras-chave”, e apenas seis teses foram encontradas. Das seis, três tratam da gestão de tutoria e recursos humanos. Esse dado nos mostra a carência de pesquisas que tratam da Gestão de EaD no Brasil, confirmando assim, a relevância da pesquisa em questão. Portanto, visando ampliar a análise bibliográfica, foram identificados e selecionados artigos publicados, a partir de 2010, em Congressos e Seminários consolidados da área no Brasil.

Num segundo momento, foi realizado uma busca e análise das informações disponibilizadas pelo SisUAB (<http://sisuab.capes.gov.br/sisuab>), plataforma de apoio à execução, ao acompanhamento e à gestão das ações da UAB, com o objetivo de traçar um panorama atual da UAB (em números), identificando as IES participantes, os principais cursos atendidos, os diferentes níveis de oferta e um retrato dos polos presenciais. Paralelamente, foram analisados também, os resultados do Censo da Educação superior 2013 realizado pelo INEP em 2014 e os resultados do Censo EAD BR 2013 realizado pela ABED em 2014.

Paralelamente, para uma maior aproximação com o objeto da investigação, ou seja, o contexto educacional dos polos de apoio presenciais, foi realizado um estudo de caso piloto, com objetivo exploratório, buscando identificar dificuldades e desafios que permeiam a gestão administrativa, financeira e pedagógica dos polos, através de visitação a alguns polos da UAB. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: Análise documental dos dados constantes de documentos

apresentados; questionário aplicado a professores, tutores e coordenadores de três polos presenciais da UAB em Minas Gerais, situados nos municípios de Ipatinga, João Monlevade e Timóteo. Participaram ao todo, catorze profissionais, assim distribuídos: 05 do Polo UAB de Ipatinga, 06 do Polo UAB de João Monlevade e 03 do Polo UAB de Timóteo.

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1 Panorama geral da Educação Superior no Brasil

De acordo com o Censo da Educação Superior 2013, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2014, o número de instituições que ofertam Educação Superior no Brasil em 2013, incluindo cursos presenciais e a distância, é de 2.391, sendo 301 públicas e 2090 privadas. Das 2.391 IES, apenas 8% são Universidades e detêm mais de 53% dos alunos, sendo, portanto, grandes instituições. Por outro lado, as Faculdades têm uma participação superior a 84%, mas atendem apenas 29% dos alunos. A matrícula total de alunos na Educação Superior em 2013 é de 7.526.681, sendo 2.105.042 nas IES públicas e 5.421.639 nas IES privadas. As IES privadas têm uma participação de 74,0% no total de matrículas de graduação.

Com relação a distribuição da matrícula nos cursos a distância por categoria administrativa da instituição, 70% estão nas Universidades, 25,2% nos Centros Universitários, 3,2% nas Faculdades e 0,8% nos Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) (Figura 1). 86,6% das matrículas concentram-se nas universidades privadas e apenas 13,4% das matrículas estão nas instituições públicas.



Figura 1 – Distribuição da matrícula nos cursos a distância por categoria administrativa e organização acadêmica da instituição – Brasil 2013

Fonte: MEC/INEP

Como demonstrado na figura 2, a modalidade de ensino presencial cresceu 81,2% no período de 2003 a 2013, enquanto a modalidade a distância teve um crescimento de 18,8%. O início da ascensão da EaD em 2005 coincide com a implantação da UAB.

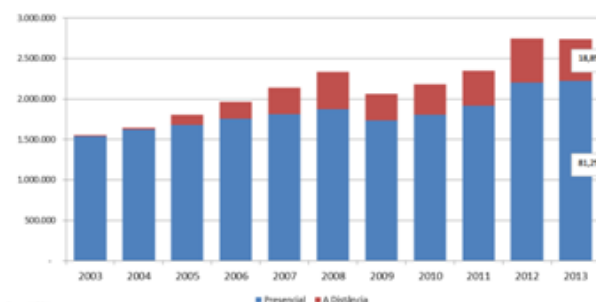


Figura 2 – Evolução do número de ingressantes na Educação Superior de graduação, por modalidade de Ensino – Brasil 2003-2013

Fonte: MEC/INEP

4.2 Panorama geral da EaD no Brasil

As informações resultantes do Censo EAD BR 2013¹, realizado pela ABED em 2014, mostram que o cenário da EAD brasileira é bastante complexo, com grande diversidade no perfil institucional e geográfico dos projetos de EAD praticados no país. Verifica-se, por exemplo, que 84% dos cursos ofertados na Região Norte concentram-se na esfera pública federal, enquanto a Região Sul possui 91% dos cursos na esfera privada. Por outro lado, 49% dos cursos ofertados na Região Nordeste são provenientes de instituições privadas, enquanto na Região Sudeste, 82% dos cursos estão na esfera privada.

Na média geral, a grande maioria dos cursos se situa na esfera privada (79,28%) e apenas 18,39% estão na esfera pública (ministrados por instituições federais, estaduais ou municipais). O predomínio da esfera privada se repete também com relação ao número de alunos, com 71,95% dos alunos nas instituições privadas.

O detalhamento sobre as regiões administrativas mostra que existem perfis completamente distintos de instituições, o que evidencia a complexidade em ser estabelecida uma única regulamentação para todo o país.

O total de cursos autorizados/credenciados exclusivamente a distância ofertados pelas instituições, em 2013, é de 1.772 e o número de matrículas é de 692.279 (Tabela 1).

¹ O Censo EAD.BR 2013 é composto por informações de 309 instituições. A amostra disponível obtida pelos questionários validados do Censo EAD.BR 2013 corresponde entre 37% e 40% do universo de universidades federais, estaduais, privadas, institutos federais e centros federais de educação tecnológica. (ABED, 2015, p.39)

Tabela 1 – Cursos EAD regulamentados totalmente a distância – 2013

Área de conhecimento	N. de cursos	N. de alunos	Alunos por curso
Ciências Humanas (Educação, Artes e outros)	523	152.187	290,98
Ciências Sociais (Direito, Economia, Administração e outros)	489	116.847	238,95
Engenharia (Civil, Elétrica, de Produção e outros)	46	20.375	442,9
Computação	51	15.840	310,58
Ciências Exatas (Matemática, Estatística e outros)	59	10.293	174,45
Ciências da Saúde (Medicina, Enfermagem e outros)	72	10.912	151,55
Ciências Agrárias	19	4.563	240,1
Ciências Aplicadas e Tecnologia	75	19.426	259
Outros	182	79.947	439,26
Não informado	246	261.889	1.064,5
Total	1.772	692.279	390,67

Fonte: ABED (2015, p.26)

De acordo com o Censo EaD BR realizado pela ABED, o índice de evasão em cursos autorizados pelo MEC, de 2010 a 2013, foi a seguinte: 18,6% em 2010, 20,5% em 2011, 11,74% em 2012 e 16,94% em 2013.

A evasão de alunos é apontada pelas instituições pesquisadas como o maior obstáculo enfrentado na execução de cursos de EAD. As principais causas da evasão apontadas pelas instituições são a falta de tempo dos alunos para estudar e participar dos cursos (32,1% das instituições remeteram a essa causa) e o acúmulo de atividade de trabalho (com 21,4% das indicações) (ABED, 2015).

Além da evasão de alunos, os outros três maiores obstáculos à realização dos cursos têm relação direta com a implantação ou a adaptação às novas tecnologias: os desafios organizacionais da migração de presencial para distância, a resistência dos alunos e a resistência dos professores.

4.3 Cenário da Universidade Aberta do Brasil

Como visto anteriormente, o Sistema UAB é integrado por instituições públicas que oferecem cursos de nível superior na modalidade de educação a distância, para democratizar e interiorizar o acesso da população ao ensino superior público de qualidade, em especial, a formação dos professores que atuam na Educação Básica.

De acordo com o SISUAB², em junho/2015, 93 Instituições de Ensino Superior públicas atuam em 707 polos de apoio presencial com status ativo e provisório (Quadro 1).

² O SISUAB é uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil e mantém informações atualizadas sobre instituições que fazem parte de sistema UAB, cursos ofertados no âmbito da UAB e polos presenciais.

Quadro 1- IES públicas que participam da UAB

REGIÕES ORG.ACADÊMICA		NORTE	NORDESTE	CENTRO- OESTE	SUDESTE	SUL	Total
UNIVERSIDADE	Fed	6	14	4	18	7	49
	Est	3	10	3	5	4	25
FUNDAÇÃO	Fed	0	0	1	1	0	2
	Est	0	0	0	0	1	1
IFET	Fed	2	7	1	4	2	16
TOTAL		11	31	9	28	14	93

Fonte: Autoria própria (dados coletados em <http://sisuab.capes.gov.br/sisuab> - jun/2015)

Do total de polos credenciados desde a implantação do Sistema UAB, há atualmente, 655 Polos com status ativo, 55 provisório, 194 inativos e 170 desligados, sendo que 644 com situação Apto, 2 apto com pendências, 227 em fase de regularização e 198 avaliados como não apto.

Quadro 2- Situação dos Polos UAB (CHAMADA UAB)

REGIÕES STATUS		NORTE	NORDESTE	CENTRO- OESTE	SUDESTE	SUL	Total
ATIVO	AA	62	173	52	164	119	570
	AP	0	0	0	1	0	1
	FR	5	28	1	11	11	56
	NA	4	16	2	3	0	25
PROVISORIO	AA	3	3	1	33	4	48
	FR	0	0	0	1	0	1
INATIVO	AA	14	6	0	6	0	26
	AP	0	1	0	0	0	1
	FR	0	2	0	2	2	6
	NA	1	2	0	0	0	3
DESLIGADO	NA	28	53	30	44	12	167
TOTAL UAB		117	284	86	269	148	904

Fonte: Autoria própria (dados coletados em <http://sisuab.capes.gov.br/sisuab> - jun/2015)

Legenda:

AA – Apto AP – Apto com pendência FR – Fase de regularização NA – Não apto

Do total de 1234 cursos oferecidos pelo Sistema UAB, 67 são cursos de extensão (carga horária: 90 a 180 horas), 1 curso na modalidade seqüencial (carga horária: 270 horas), 348 cursos de licenciatura, 93 cursos de bacharelado, 14 cursos de tecnólogo, 515 cursos de especialização, 183 cursos de aperfeiçoamento (carga horária: 180 a 240 horas) e 13 cursos de formação pedagógica.

Quadro 3 - Cursos Polos UAB (chamada UAB)

REGIÕES ORG.ACAD.		NORTE	NORDESTE	CENTRO- OESTE	SUDESTE	SUL	Total
UNIVERSIDADE	Fed	82	272	99	221	131	805
	Est	8	142	33	63	67	313
FUNDAÇÃO	Fed	26	0	9	5	0	14
	Est	5*	0	0	0	1	6
IFET	Fed	26	38	2	21	9	96
TOTAL		121	452	143	310	208	1234

Fonte: Autoria própria (dados coletados em <http://sisuab.capes.gov.br/sisuab> - jun/2015)

* Cursos da UNITNIS (Palmas/TO) – Fundação Estadual com status Suspenso

4.4. Estudo de caso piloto: retrato de uma fração da UAB

A pesquisa exploratória realizada em Polos UAB de três municípios do Estado de Minas Gerais forneceu informações oportunas sobre os diferentes olhares que os profissionais envolvidos têm sobre a gestão dos cursos a distância nos Polos da UAB. As trajetórias desses Polos têm muitos pontos em comum e alguns distintos, que procuram atender a condições geográficas e de público-alvo específicas e a necessidades diferenciadas de gestão.

Na opinião dos respondentes dos três Polos, os fatores que influenciam positivamente na gestão administrativa, são: Profissionais qualificados e os relatórios de controle das atividades. Os respondentes do Polo de Ipatinga apontam como fatores que influenciam negativamente, as legislação/normas, infraestrutura física inadequada, estrutura tecnológica e a Internet banda larga. No Polo de João Monlevade, o único fator que influencia negativamente a gestão administrativa é o fato do Polo não ter sede própria e o local ser locado de terceiros, o que gera insegurança, pois, torna-se suscetível à perda desse espaço repentinamente. Já no Polo de Timóteo, a infraestrutura física inadequada e a Internet banda larga são os fatores que influenciam negativamente a gestão administrativa do mesmo.

Em relação à Gestão Financeira do Polo, os respondentes dos três Polos apontam a captação de recursos/convênios como influencia negativa. Isto devido à burocracia e morosidade no recebimento das verbas dos órgãos governamentais para as demandas apontadas pela coordenação do Polo. 50% dos respondentes mencionaram que, como os cursos são ofertados através de convênio com Universidades Federais, não há ônus para os alunos e, conseqüentemente, não há inadimplência.

Com relação à gestão Pedagógica do Polo, a unanimidade dos respondentes apontaram como fatores que influenciam positivamente, o fato dos profissionais serem qualificados e atualizados com as necessidades da EaD e a qualidade do material didático. E como fatores negativos, o grande percentual de alunos

despreparados para lidar com a EaD e o descrédito nessa modalidade de ensino.

Esses dados mostram que ainda existe muito preconceito em torno da EaD. Acredita-se que esse descrédito deve-se pelo desconhecimento de como funciona a metodologia e pelas primeiras iniciativas nesta modalidade que ofereceram cursos de baixa qualidade. E alunos despreparados para lidar com a Ead porque, em sua maioria, adultos, não conhecem as ferramentas que compõem as plataformas em que os cursos de EAD ocorrem e os recursos tecnológicos. Os alunos encontram dificuldades na utilização de fóruns, salas de discussão, blogs, wikis, e-mail, etc. Outro fator é a distância física do professor, o que muitas vezes, os fazem sentirem-se solitários e desmotivados.

Quando questionados sobre o que pensam a respeito da Gestão da educação à distância, a maioria dos respondentes enfatizou os desafios que a EaD ainda precisa vencer para se configurar como uma educação de qualidade, dentre os quais, citam: excesso de confiança de alguns gestores, não institucionalização da profissão do tutor, descaso do mantenedor, recursos financeiros escassos, falta de investimento em infraestrutura física e tecnológica, alto índice de evasão dos alunos, dificuldade de avaliação, condições precárias do trabalho docente, demanda por habilidades e competências específicas para EaD, dentre outros.

Evidenciou-se neste estudo, o importante papel do polo presencial como referência para o cursista da EaD. É a base física mais próxima do aluno, se não a única, onde o mesmo certamente terá apoio e subsídios para o pleno desenvolvimento de seu curso. A elevação do índice de aprendizagem do discente na educação a distância está atrelada ao desenvolvimento de algumas atividades pedagógicas no polo presencial, como por exemplo, o acompanhamento e a orientação para os estudos, as práticas laboratoriais, seminários, videoconferências e as avaliações presenciais. Portanto, os fatores estruturais e organizacionais de um polo de apoio presencial afetam diretamente a qualidade dos cursos ofertados e, conseqüentemente, o aprendizado dos alunos.

5. Considerações finais

Mediante os resultados parciais obtidos até o momento da pesquisa, reforça-se a hipótese de que para se avaliar um polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil, é imprescindível se considerar a abrangência deste programa, que atinge as diferentes regiões do país, com as mais diversas características, discutindo, a partir disso, a complexidade da tal tarefa, já que é impossível desconsiderar esta diversidade. O mesmo se aplica à avaliação de unidades franqueadas de instituições privadas. Dessa forma, conhecer cada região faz-se necessário.

Também, com base nos resultados do Censo da Educação Superior de 2013, divulgados pelo INEP que mostram que 70% das matrículas de graduação no ensino superior do país em 2013 concentram-se nas instituições privadas (BRASIL, 2015),

considera-se que o estudo das experiências na gestão da EAD nas instituições privadas, possa contribuir para o crescimento e aprimoramento desta modalidade de ensino, tanto no âmbito da UAB quanto das instituições privadas.

A pesquisa evidenciou que ainda são muitos os desafios enfrentados pelas IES, tanto públicas quanto privadas, para o funcionamento e a manutenção de um curso na modalidade EaD, de forma a garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem e a redução nos índices de evasão. E muitos destes desafios encontram-se no contexto da gestão administrativa, pedagógica e financeira do polo presencial. Assim, a compreensão das especificidades da EaD no âmbito da gestão e a fundamentação das práticas pedagógicas que permeiam a EaD são fatores determinantes para o sucesso da gestão de sistemas de EaD.

Sob outra perspectiva, a modalidade EaD ainda carece de amplo conhecimento por parte da população, principalmente quanto à sua eficácia, e sua divulgação pode ser coadjuvante nas transformações que possibilitam de forma mais democrática, a elevação do nível de formação dentro do atual cenário brasileiro.

Referências bibliográficas

- ABED. *Censo EAD.BR 2013*. Acesso em 15/06/15. Disponível em http://www.abed.org.br/censoead2013/CENSO_EAD_2013_PORTUGUES.pdf.
- ALONSO, Kátia M. (2010). *A Expansão do Ensino Superior no Brasil e a EaD: Dinâmicas e lugares*. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>.
- BRASIL. *Decreto Nº 5.622*, de 19 de dezembro de 2005, Vide Lei no. 9.394, de 1996. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf.
- BRASIL. *Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm.
- BRASIL. *Portaria Normativa Nº 2*, de 10 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf>.
- BRASIL. *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância*. Brasília: SEED-MEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>.
- BRASIL. *Censo da Educação Superior 2013*, INEP/MEC. Disponível em

<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em 15/06/2015.

CAPES. *Êxito da UAB é possível diante do bom funcionamento dos polos presenciais*. 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/3365-exito-da-uab-depende-do-bom-funcionamento-dos-polos-presenciais>.

MILL, Daniel; Carmo, Hermano (2012). *Análise das dificuldades de educadores e gestores da educação a distância virtual no Brasil e em Portugal*. Anais do SIED: EnPED, UFSCar, SP. Disponível em <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/index.php/sied/article/view/158>.

MORAN, José Manuel. *O Ensino Superior a distância no Brasil*. Educação & Linguagem. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Metodista de São Paulo, 2009, v.12, n.19, p. 17-35. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/811/879>

RIBAS, J. C. C.; Moreira, B. C. M.; Cataplan, A. H. *Construindo referenciais de qualidade para uma gestão eficaz no sistema da Universidade Aberta do Brasil: o ambiente virtual de ensino-aprendizagem e a capacitação dos coordenadores de pólo de apoio presencial*. Anais do 17º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância. Manaus: ABED, 2011, p. 1-10. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/35.pdf>.

UAB. Secretaria de Educação a Distância. Institucional. Disponível em: http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 27 jul. 2015.

VIDAL, Eloisa Maia; Maia, José Everardo Bessa. *Introdução à Educação a Distância*. Fortaleza: RDS, 2010.

YIN, ROBERT K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.